

REVISTA DE  
**HISTÓRIA**  
DAS IDEIAS



A GUERRA

VOLUME 30, 2009

INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS  
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

## OS NEGROS DA TERRA VERDE (GUERRA E CAPTURA DE ESCRAVOS NA COSTA OCIDENTAL AFRICANA, 1433-1448)

Este trabalho pretende estudar os recontros bélicos que tiveram lugar durante a exploração da costa ocidental africana, tendo como protagonistas homens e barcos portugueses, por um lado, e as populações indígenas locais, por outro, de 1433 a 1448 (período abrangido pela fonte de que me servi), para perceber de que modo a guerra de saque do Norte de Marrocos se adaptou a novas condições geográficas e a novos adversários. A fonte analisada é a *Crónica da Guiné*, de Gomes Eanes de Zurara<sup>(1)</sup>, um dos textos mais debatidos da história medieval portuguesa. É difícil datar a obra com precisão\* <sup>1</sup> (2): Zurara quer narrar o que aconteceu com a conquista da costa da Guiné entre 1433 e 1448, e fá-lo alguns anos depois dos acontecimentos que relata, provavelmente

\* Universidade do Porto/C.I.T.C.E.M.

(1) Das várias edições disponíveis da *Crónica da Guiné* (título que, aliás, não é pacífico entre os diversos editores), preferi a que tem Introdução, glossário e notas de José de Bragança (Porto, Civilização, 1937, 2 vols.). Quanto à fixação do texto propriamente dita, nenhuma edição é exemplar; e, para o propósito deste estudo, a da Livraria Civilização é, sem dúvida, satisfatória.

(2) O *Explicit*, do próprio Zurara, informa que ela foi concluída no dia 18 de Fevereiro de 1453. Mas há várias passagens posteriores a 1460, porque sugerem que o Infante D. Henrique já falecera. Duarte Leite dedica ao texto uma obra de uma erudição impressionante: *Acerca da "Crónica dos Feitos da Guiné"* (Lisboa, Bertrand, 1941), para a qual remeto.

num texto escrito em vários momentos ou que sofreu interpolações<sup>(3)</sup>. O cronista aproveita material já compilado por um antecessor, Afonso Cerqueira, como era frequente suceder.

Instrumental no tempo em que foi pela primeira vez redigida - como todas as crônicas medievais - ela voltou a lê-lo, sem o pretender, ao longo da sua atribulada história. Se na 2ª metade do séc. XV ela foi um momento da construção do panegírico do Infante D. Henrique, em desfavor de D. Pedro, morto alguns anos antes em Alfarrobeira, em 1841<sup>(4)</sup> a publicação pelo Visconde de Santarém foi de extrema oportunidade<sup>(5)</sup> para ajudar Portugal contra uma reivindicação da costa ocidental de África por parte da França. Foi na sequência do estudo da crônica de Zurara para a respectiva publicação que o Visconde produziu a sua importante *Memória sobre a Prioridade dos Descobrimentos Portuguezes na Costa d'África Occidental*<sup>(6)</sup>. Mais tarde, uma edição inglesa da *Crónica da Guiné*, de Henry Major, foi uma peça importante para ajudar o presidente americano, Ulisses Grant, que em 1870 arbitrou em favor de Portugal uma disputa semelhante com a Inglaterra.

Como fonte histórica, quanto vale a *Crónica da Guiné*? A resposta não é simples. É talvez o pior Zurara; o melhor encontramos-lo nas páginas da *Crónica da Tomada de Ceuta* e, em menor grau, nas duas crônicas que dedicou aos Meneses<sup>(7)</sup>. Aqui presente-se um cronista com pressa de ir tratar outros temas, não especialmente entusiasmado com este,

<sup>(3)</sup> Em 1453, como diz? Com acrescentos posteriores a 1460, como se deduz? Depois disso ainda, quase até morrer (1473 ou 1474), como sustenta Duarte Leite? Não tenho informações que me permitam fechar o problema, nem ele é central para aqui. Nem posso assegurar que não haja interpolações de outros autores, além do cronista.

<sup>(4)</sup> Quatro anos depois da descoberta do manuscrito, em Paris, por Ferdinand Denis.

<sup>(5)</sup> Essa edição foi patrocinada pelo Visconde da Carreira, ministro plenipotenciário de Portugal em Paris.

<sup>(6)</sup> Publicada no mesmo local e no mesmo ano, isto é, Paris, 1841.

<sup>(7)</sup> Que têm grandes afinidades com esta: o panegírico dos capitães, que naqueles casos estavam lá e participavam, enquanto que o Infante, na *Crónica da Guiné*, aparece mais em fundo, a ordenar viagens ou simplesmente a autorizá-las, e depois a recebê-las. Quanto ao resto, as três crônicas são somatórios de episódios militares ou de saque.

esboçando a pinceladas épicas e guerreiras episódios que de guerreiro tinham pouco e de épico coisa nenhuma, como roubar redes de pesca aos mouros ou capturar crianças e mesmo, num caso, um moribundo. Apesar de tudo, as cavalgadas no Norte de África eram bem mais inspiradoras. Para a história do conhecimento geográfico e dos descobrimentos portugueses, esta crónica é medíocre: baralha sítios, datas e informações, negros e berberes. "É imperfeitamente informada, mal ordenada, com contradições, e enferma de estreito espírito sectário", resume Magalhães Godinho<sup>(8)</sup>.

Para o tema que me ocupa - a experiência paramilitar e militar das caravelas e das expedições portuguesas na costa ocidental africana na Iª metade do séc. XV e o encontro com outros povos e outras maneiras de viver e de fazer a guerra - a *Crónica da Guiné* constitui uma fonte válida com informações numerosas e úteis. Não pretendo reconstituir ao pormenor todas as escaramuças que envolveram Portugueses naquele tempo e naquele lugar - quantos eram, a que horas desembarcaram da caravela, em que praia decorreu o recontro com os locais, quem foi o primeiro a derramar sangue, quantas lançadas e quantas azagaiadas uns deram aos outros. Esse nível de análise não me interessa e dificilmente seria exequível: muitos episódios são claramente menores e ocorreram alguns anos (ou décadas) antes da redacção da crónica; Zurara só podia contar com as narrativas dos protagonistas, que nestas coisas da guerra, mais sendo homens e daquele tempo, não primariam pela objectividade. Alguns foram a África repetidas vezes; não surpreende que misturassem as peripécias. Depois, uma história contada por quem a viveu não deixa por isso de ser menos Accionada; sobretudo se das cores da narrativa dependesse o galardão que os protagonistas receberiam de D. Henrique<sup>(9)</sup>. O investigador sabe bem o tipo de precauções que deve ter ao manejar as crónicas; recomendaram-nas, entre muitos, Magalhães Godinho e Armindo de Sousa. Mas di-lo o próprio Zurara, citando Salústio:

<sup>(8)</sup> *Documentos sobre a Expansão Portuguesa*, Lisboa, Gleba, 1943-1956 (3 vols.). A citação é do vol. I, p. 12; mas toda a obra é da maior importância para este tema.

<sup>(9)</sup> Muitas passagens da *Crónica da Guiné* lembram um livro de receitas e despesas: o autor anota escrupulosamente nomes de homens e mancebos pouco ou nada conhecidos e diz o que fez cada um deles e quantos mouros ou negros capturou, como se fosse para lembrar ao Infante o que lhes devia.

"[...] Tanto louvor foi dado aos que os feitos fizeram em Atenas quanto os claros e bons engenhos dos subtis escrivães por palavras os puderam gabar e exalçar..."<sup>(10)</sup>.

Uma vez que procuro conhecer estas expedições (começando pela decisão de as levar a cabo e pela obtenção de autorização, continuando pelo financiamento, pela logística, pelo comando e pelos processos de decisão, pela composição das tripulações, pelo reconhecimento do terreno, pelos procedimentos de ataque e de retirada), e em especial as reacções dos Portugueses ao encontro com povos desconhecidos, a *Crónica* de Zurara é um documento válido e mesmo insubstituível. O que para uns é defeito<sup>(11)</sup>, para os meus objectivos torna-se virtude.

## Repensando a História Militar

O subtítulo é reproduzido de uma obra recente de Jeremy Black<sup>(12)</sup>. Apesar de sustentar que, na sua opinião, a maioria da história militar que está a ser feita neste começo de século é de elevada qualidade científica, o autor critica o domínio de uma teorização implícita e não revelada, com efeitos negativos, que Black sintetiza em seis alíneas: eurocentrismo (uma ênfase excessiva na Europa Ocidental e nos Estados Unidos); um enviesamento tecnológico para fundamentar as aptidões militares e um fascínio pela tecnologia como factor de explicação das evoluções militares; uma maior atenção aos poderes e aos sistemas militares dominantes, o que resulta num modelo de paradigma/difusão das capacidades e das mudanças militares; uma separação habitual entre os conflitos navais e os terrestres; o estudo prevalente dos conflitos entre Estados, mais do que do uso da força dentro de cada Estado; e o fraco investimento na dimensão política (estruturas, doutrinas e objectivos militares), nomeadamente para avaliar o sucesso militar<sup>(13)</sup>.

<sup>m</sup> *Crónica da Guiné*, I, p. 49.

<sup>(11)</sup> A crónica, lamenta José de Bragança, "é uma longa e por vezes fastidiosa narrativa, que enferma dessa árida deformação do espírito de cavalaria medieval que rematou no Quixote", *ob. cit.*, p. XXXV.

<sup>(12)</sup> *Rethinking Military History*, London and New York, Routledge, 2004.

<sup>(13)</sup> *Ob. cit.*, p. IX.

Sem prejuízo de uma discussão mais aprofundada, penso que estas ideias são válidas para a actual história militar portuguesa<sup>(14)</sup>. Por isso, nestas páginas esforçar-me-ei por evitar algumas das distorções que Jeremy Black critica e por testar um questionário algo mais aberto. Sobretudo por não cair na "primitivização dos combatentes não ocidentais" nem enfatizar em excesso os nossos avanços na tecnologia militar.

### Da Terra dos Mouros à Terra dos Negros

A guerra da Guiné e os seus "feitos" são, basicamente, a continuação da "guerra de Ceuta", da "guerra do Levante" ou do "tráfego de Mouros": expedições de caravelas ou barinéis particulares, que andam à vista da costa, a roubar tudo o que lhes vier à mão e, sobretudo, a capturar pessoas, que serão resgatadas ou vendidas como escravas. O tamanho dos barcos varia; em regra cada um leva entre vinte a trinta homens, todos eles bastante bem armados e capazes de lutar, mesmo se alguns são muito jovens e, entre eles, vai quase sempre um por escrivão. As caravelas têm pelo menos um batel para o desembarque e a comunicação entre barcos no alto mar. Não são todas iguais: ao Rio do Ouro vão duas, "uma tilhada e outra de pescar", com um total de 21 tripulantes<sup>(15)</sup>; para certas operações, que exigem mobilidade e rapidez, são destacadas "as mais pequenas e ligeiras", que desempenham em certa medida a função dos batéis. Há notícia de uma fusta velha que foi levada para ser depois destruída no destino<sup>(16)</sup>.

Em todas as expedições em que participa mais de uma caravela, elas navegam próximas<sup>(17)</sup>, "em conserva"<sup>(18)</sup>; mas combinam pontos de encontro, para o caso de uma tempestade as fazer perder de vista.

<sup>(14)</sup> E, antes de tudo, para os trabalhos nesta área de que sou autor.

<sup>(15)</sup> *Crónica*, II, pp. 227-228.

<sup>(16)</sup> *Crónica*, II, p. 129.

<sup>(17)</sup> Há depois uma manobra de aproximação à costa em que se diz que as caravelas vão encostadas umas às outras, de tal modo que os tripulantes passam com facilidade entre elas.

<sup>(18)</sup> *Crónica*, II, p. 23; na p. 92 fala-se de uma caravela que "perdeu a conserva".

Os Portugueses começam a deixar marcos bem visíveis na costa para dizer aos companheiros que já passaram por ali: é o caso de urna enorme cruz de madeira, que terá sobrevivido muitos anos<sup>(19)</sup>; ou de entalhes nas árvores com as armas e a divisa do Infante D. Henrique<sup>(20)</sup>.

Na transição da costa do norte de África para a ocidental e, sobretudo, na passagem da "Terra de Mouros" para a "Terra de Negros"<sup>(21)</sup>, destaca-se D. Henrique. Esta crónica pretende-se um panegírico do Infante; é encomendada por D. Afonso V para servir de exemplo aos naturais e sobretudo aos príncipes estrangeiros, para contar a lenda deste Alexandre Magno português<sup>(22)</sup>. Nos capítulos iniciais a vida e a obra do Infante são resumidas, por Zurara, como praticamente perfeitas, e as terras que governou próximas do paraíso. Por isso já estamos à espera de encontrar, nestes *feitos*, muito pouco D. Pedro e muitíssimo D. Henrique<sup>(23)</sup>. A verdade é que, a partir do momento em que D. Pedro concedeu ao irmão o quinto de todas as presas que se fizessem na costa da Guiné, parte essa que cabia ao rei de Portugal e, depois, lhe outorgou "que nenhum

<sup>m</sup> *Crónica*, I, p. 192.

(20) *Crónica*, II, pp. 92-93. Deixo apenas levantado o problema do patrocínio das expedições: D. Pedro financia algumas, D. Henrique muitas, mas há espaço de sobra para as iniciativas particulares, sobretudo com base em Lagos, mas incluindo, pelo menos, uma caravela de Tavira - *Crónica*, II, p. 64 - e uma outra do bispo do Algarve, bem como várias da Madeira. O tema não é importante para Zurara, que quase não o afiora; apenas aqui e além se sugere que vários interessados tinham parte no armar do navio e refere-se um caso em que os mantimentos foram cedidos a crédito (*Crónica*, II, p. 199-200).

(21) As designações são do tempo e pouco exactas, porque misturam indevidamente a religião e a cor da pele. Mas a ideia é separar o Norte de Marrocos e as várias etnias locais de religião islâmica das tribos negras que viviam na zona dos trópicos.

(22) Como é escrito preto no branco na crónica. Aliás, diz-se que Henrique chegou mesmo a ultrapassar o conquistador macedónio e Júlio César: nenhum deles teve as suas armas e as suas divisas gravadas em árvores tão longe de casa, como o Infante; nem bebeu uma pipa de água do Nilo, como ele (na verdade era do rio Senegal, mas conta a intenção) - *Crónica*, II, p. 150.

(23) Estamos depois de Alfarrobeira, quando a memória do Regente ainda é, senão maldita, pelo menos pouco acarinhada. Mesmo assim, num par de ocasiões regista-se a iniciativa e as responsabilidades de D. Pedro no armar de caravelas e no ordenar expedições.

não pudesse lá ir sem sua licença e especial mandado"<sup>(24)</sup>, compreende-se que quase tudo aconteça sob a égide de Henrique; além da bula de Cruzada que obteve de Eugênio IV, com perdão dos pecados a todos os que morressem na guerra de África. Muitos barcos são lá mandados por ordem dele; todos com a sua autorização. E todos sob a bandeira da Ordem de Cristo. A crónica repete uma e outra vez que Henrique gastou fortunas a armar caravelas que se fartaram de vir para trás sem resultados que se vissem. Os primeiros cativos são recebidos como um modesto primeiro retorno para os investimentos feitos.

Sobretudo, é a gente do Infante que domina estas expedições<sup>(25)</sup>. Há pelo meio criados do rei e do regente, há homens-bons de Lagos, de Setúbal e de Lisboa, mas o negócio é de D. Henrique. Não é esta a ocasião para retomar a estafada polémica Henrique *versus* Pedro, ou sequer para discutir os contributos do primeiro. Ainda assim, a crónica de Zurara transmite uma impressão clara: o Infante quer escravos e informações; uns e outras não são contraditórios nem auto-exclusivos, completam-se como a honra e o proveito. E não creio que seja deformação do cronista, até porque este parece não valorizar especialmente essa curiosidade do Infante, bastando-se com os feitos de armas, mesmo se de mérito duvidoso. Os testemunhos dos que vão nas caravelas repetem sempre a mesma convicção: Henrique quer saber mais, busca informações da terra, dá tudo por cativos que possam servir de intérpretes. Por vezes percebe-se que esse desejo de saber mais não faz grande sentido para os capitães nem os motiva rigorosamente nada. Mas o seu senhor, o infante, quer saber se há aldeias, e quantas almas, e o costume das gentes. Porquê? Não era para chegar às índias pelo rio Senegal; ou para encontrar o tal aliado cristão mítico. Talvez tivesse apenas intuítos materiais: estabelecer o seu monopólio sobre o comércio dos escravos, fabulosamente rentável,

<sup>(24)</sup>Crónica, I, p. 105.

<sup>(25)</sup> Num levantamento simples, identificamos 33 homens: o seu copeiro, o seu guarda-roupa (mais tarde cavaleiro e comendador de Cristo e seu escrivão de puridade), 17 moços da câmara, criados de pequenos junto do Infante - insiste o cronista - muitos escudeiros, servidores, criados. Tudo "feitura" de D. Henrique. Três deles, pelo menos, viajam como escrivães (leia-se João Silva de Sousa, *A Casa senhorial do Infante D. Henrique*, Lisboa, Horizonte, 1991).

chegar ao ouro de Tombuctu, conseguir boas posições de comércio<sup>(26)</sup>. Primeiro quis passar o Bojador; e depois chegar à Guiné, à "Terra dos Negros". Tradicionalmente tem-se procurado interpretar o papel de Henrique segundo um esquema dicotómico: ou é o génio das Descobertas e o visionário do plano das índias, ou um calculista cavaleiro medievo ávido de riquezas e escravos. Esta fonte sugere-nos um infante tão interessado nos lucros como em saber mais das terras que ficam longe; que chega a dar instruções expressas para que os barcos não se enredem na caça ao mouro e se dirijam directamente à Terra dos Negros, para saber novidades<sup>(27)</sup>.

### Uma pirataria de costa

Estando de sobreaviso contra o perigo, apontado por Jeremy Black, de tendermos a definir padrões, e de ser cómodo para nós reconduzir os assuntos que investigamos a esquemas já conhecidos, podendo desse modo perder especificidades fundamentais, penso que os "feitos da Guiné" foram, durante muito tempo, uma continuação da guerra costeira que os Portugueses desenvolveram a partir de Ceuta, a qual, por sua vez, não seria muito distinta dos ataques dos muçulmanos às costas algarvias.

A partir das primeiras viagens de Afonso Gonçalves Baldaia, vai-se desenhando a expedição-tipo: a base é a caravela ou o barinel (primeiro uma, depois duas, mais tarde seis, com Lançarote, até chegar às catorze, também com ele). Depois de passado o Bojador, e chegando a paragens desconhecidas, o barco lança âncora num local estratégico. Dele ou deles baixam batéis, a "arma" por excelência desta guerra anfíbia. Cada batel

<sup>(26)</sup> Algum do qual a crónica enuncia timidamente e, segundo vários historiadores, claramente por defeito.

<sup>(27)</sup> *Crónica*, II, pp. 149-150. Remeto para a excelente biografia *Henrique, o Navegador*, da autoria de Peter Russell (Lisboa, Horizonte, 2004).

levava seis a sete homens para combater<sup>(28)</sup>, mas chegou a transportar 13<sup>(29)</sup> e mesmo 17<sup>(30)</sup>; e nele vinham os prisioneiros<sup>(31)</sup>.

Qual era a experiência da guerra de Ceuta<sup>(32)</sup>? Como escrevi em trabalho anterior, as surtidas com base nesta praça, durante a capitania de D. Pedro de Meneses, partiam de noite, com batedores, para chegar perto do objectivo de madrugada. Os Portugueses entendiam que o despertar de uma aldeia era o momento ideal para proceder à respectiva radiografia militar: quantos habitantes ("quantas almas"), quantos "mouros de pelleja", isto é, quantos rapazes e homens capazes de pegar em armas e de lutar, entradas e saídas da aldeia, ocupações, cabeças de gado e outros bens a pilhar... Feito esse diagnóstico, o ataque devia ser imediato, para surpreender os locais ainda mal despertados e provocar "choque e espanto", para potenciar os efeitos da surpresa e do medo, através dos brados de guerra e do barulho das armas. Concretizada a razia, os atacantes retiravam com os cativos, o gado e demais saque, na melhor ordem possível, com os portos prévia e devidamente seguros e a retaguarda bem protegida.

(28) Os batéis não eram todos iguais em tamanho nem em altura de bordo; isso viu-se várias vezes quando se tratava de embarcar cativos, e pelo menos uma vez custou a vida a sete Portugueses.

(29) *Crónica*, I, p. 167.

*m Crónica*, II, p.237.

(31) Desde que fosse em distâncias curtas, que alguns fossem mulheres e crianças - e depreendendo nós que iriam amontoados no fundo do barco.

(32) Em Ceuta, afirma José de Bragança, criara-se uma verdadeira "escola de guerra contra os Mouros, tanto em terra como no mar" (*ob. cit.*, I, XIII). Tive oportunidade de investigar este assunto em alguns trabalhos: "Regresso a Ceuta", in *Portogallo mediterraneo*, coord. L. A. Fonseca e M. E. Cadeddu, Cagliari, Consiglio Nazionale delle Ricerche - Istituto sui rapporti italo-iberici, 2001, pp. 99-127; "Amorte do capitão. Veteranos e 'Maçaricos' na guerra marroquina no Século XV", in *Actas do XII Colóquio*, Lisboa, C.P.H.M., 2002, pp. 93-109; "O Dia Seguinte. A vida em Ceuta sob o domínio português", in *La Península Ibérica entre el Mediterráneo y el Atlántico. Siglos XIII-XV. Actas das V Jornadas Hispano-Portuguesas de Historia Medieval*, ed. de M. González Jiménez e I. M. Romero-Camacho, Sevilla-Cádiz, Diputación de Cádiz / Sociedad Española de Estudios Medievales, 2006, pp. 791-803; e, sobretudo, em "África", cap. da *Nova Historia Militar de Portugal. Vol. I - Idade Média*, coord. J. Mattoso, Círculo de Leitores, 2003, pp. 392-441.

A guerra da costa ocidental africana tem aspectos comuns e outros específicos: só uma vez utilizou cavalos (e apenas dois), para fazer reconhecimento em terra e retirar depressa<sup>(33)</sup>. No Norte de Marrocos já havia quase sempre algumas informações sobre o objectivo, enquanto neste novo teatro de operações muitas vezes os Portugueses não sabem o que vão encontrar. O resto é semelhante: os batéis aproveitam a noite para se deslocarem; exploram as praias e a costa em busca de rastros de pessoas ou de animais, de redes. Tentam interpretar esses rastros (quantos seriam? De que idade, sexo e "apercebimento"?) e depois internam-se no "sertão", à procura das aldeias. Quando as descobrem (às vezes pelo "ladrilho de um cão", pelo "zurrar de um asno", pelo choro de uma criança), e depois de devidamente avaliadas, ficam de vigia até de madrugada. E então atacam de surpresa e com o maior espalhafato possível, gritando "S. Jorge! Santiago! Portugal!"<sup>(34)</sup>; provocam baixas se tiver que ser<sup>(35)</sup>, fazem prisioneiros e apoderam-se de tudo o que possa ter valor, mesmo se escasso - peixe, redes - e retiram. Este momento, o da retirada, põe problemas novos: se o ataque correu bem e a expedição fez muitos prisioneiros, eles não cabem nos poucos batéis que transportaram os atacantes portugueses. Alguns são evacuados neles, mas é frequente a maior parte ser imobilizada ("atada") e ficar no local, guardada à vista por dois ou três Portugueses, à espera que as caravelas os venham recolher.

### **A importância de saber nadar**

Esta guerra é tipicamente anfíbia; não se resolve apenas nas escaramuças de praia ou nos ataques às aldeias, nem a partir das caravelas. O meio de deslocação, de transporte, de exploração, de ataque ou de retirada é o batel a remos. Uma correcta e eficaz "ordenança", como é

<sup>(33)</sup> Não era fácil, por todas as razões, transportar um número superior de cavalos, em viagens que se foram alongando da base.

<sup>(34)</sup> Grito de guerra que, fazendo todo o sentido para os atacantes, deve ter soado bem estranho e incompreensível para as estremunhadas populações civis da Mauritânia e da Guiné.

<sup>(35)</sup> Estas expedições não matam por gosto; podendo fazer prisioneiros, é neles que estará o ganho.

escrito, inclui as caravelas bem situadas para acolher os combatentes e as suas presas, os batéis próximos da costa (mas não na praia, o que os tornaria vulneráveis) e pequenos grupos armados em terra. A coordenação destes três elementos decide em geral o resultado dos confrontos, quando não mesmo a vida ou a morte dos marinheiros.

Os recontros ocorrem à vista do mar, nas praias, em recortes da costa, em ilhas ou ilhéus, em esteiros. Quase sempre era decisivo saber nadar. E muitos Portugueses, mesmo marinheiros experientes, não sabiam; alguns morreram por causa disso. Já os adversários, "mouros" ou "negros", pareciam à vontade no mar; tinham do seu lado essa "vantagem competitiva", como diríamos hoje.

A crónica fala pouco do armamento dos Portugueses. Os dois moços que foram lançados a bater o terreno a cavalo<sup>(36)</sup>, numa experiência sem continuação, levavam apenas armas ofensivas, ou seja, *espada e lança*, uma combinação que eu já em outras páginas considerei a favorita dos Portugueses de Quatrocentos; nem levavam escudos nem peças de protecção para o corpo. Também utilizam dardos e, evidentemente, bestas, que se revelam decisivas - algo que Zurara não desenvolve, talvez por não se aperceber do facto. Quando saíam a terra e se anunciava uma escaramuça, julgo que usariam capacetes, talvez escudos e, sem dúvida, peças de protecção para o corpo<sup>(37)</sup>; cada qual armar-se-ia o melhor que pudesse, tendo em vista o tipo de viagem e de problemas que esperava. As bestas e as protecções corporais podiam conferir alguma superioridade quer nas lutas corpo a corpo quer nos combates a alguma distância; pela negativa, eram pesadas, atrasando a marcha e impossibilitando movimentos a nado, e aqueciam excessivamente o corpo num clima já de si demasiado quente.

Deixo uma questão em aberto: foram alguma vez utilizadas armas de fogo? A crónica fala delas uma única vez: quando várias caravelas desencontradas se reúnem, os tripulantes, nos navios, "armaram seus trons e colobretas, com as quaes faziam seus tiros, em sinal do prazer de seus corações"<sup>(38)</sup>. Por um lado, os cronistas nada percebem de artilharia; para eles, são tudo "trons". Por outro, nesta guerra, se fossem utilizadas

<sup>(36)</sup>E que andariam pelos 17 anos.

<sup>(37)</sup>A dada altura são referidos arneses e cotas de malha.

*m Crónica*, II, p. 36.

armas de fogo, por certo produziram um efeito forte junto dos contrários. Zurara nunca fala disso. Porquê?

As dificuldades recorrentes são quatro: o calor excessivo (a "calma"), uma das razões que dita que os movimentos se façam sempre de noite ou de madrugada, sobretudo se em campo aberto, a sede<sup>(39)</sup>, o sono<sup>(40)</sup> e o cansaço. Era frequente a pura exaustão: certa vez "parece que se quis nosso Senhor Deus nembrar de sua fraqueza", e postou-lhes no caminho dois camelos, já com sela e tudo, pelo que os Portugueses se foram revezando, nesse transporte caído do céu, até aos barcos<sup>(41)</sup>; outra vez "o cansaço foi em alguns tamanho que por nenhum modo podiam tornar de pé, somente lhes foi grande socorro [...] asnos que havia muitos na Ilha, em que cavalgando se tornaram para seus navios"<sup>(42)</sup>.

Acontecia que as caravelas precisassem de manutenção: basicamente, limpar o casco de limos e algas e renovar a calafetagem, com uma demão de breu, ou simplesmente "ensebar" os navios<sup>(43)</sup>. Podia fazer-se alguma coisa com o barco no mar, e por vezes tinha mesmo que ser assim. Mas um capitão valente, a roçar o temerário, não hesitaria em varar o barco na praia e em limpar o casco quase à vista dos inimigos, por desplante, como se estivesse na Ribeira de Lisboa, "de cujo atrevimento muitos foram maravilhados"<sup>(44)</sup>.

Estas operações, sobretudo as que decorriam em terras e mares totalmente desconhecidos, requeriam uma aposta decisiva no trabalho dos batedores, no que se chamava "descobrir a terra"<sup>(45)</sup>, bem como na obtenção de informações - daí a necessidade de se fazer previamente um ou mais prisioneiros.

<sup>(39)</sup> A falta de água potável condiciona muitas operações e pode mesmo obrigar ao regresso precoce de uma caravela.

<sup>(40)</sup> Alguns Portugueses contam que, depois de uma noite de vigília, a caminhar ou a espiar uma aldeia, acabavam por adormecer de madrugada.

<sup>(41)</sup> *Crónica*, II, p. 243.

<sup>(42)</sup> *Crónica*, II, pp. 43-44. A solução agradou e os Portugueses recorreram mais vezes a ela (*ob. cit.*, p. 55).

<sup>m</sup> *Crónica*, II, p. 243.

<sup>(44)</sup> O "herói" foi Nuno Tristão (*Crónica*, I, p. 97).

<sup>(45)</sup> No sentido de reconhecimento militar, e não no que atribuímos a "Descobrimientos".

## Os filhos de Babel

Por toda a Crónica perpassa a necessidade imperiosa de conseguir um intérprete, um *torgimão*, um *língua*, um *enterpretador*<sup>(46)</sup> (só uma vez se fala num espião, um *enculca*<sup>m</sup>). Porque os Portugueses precisam de saber se há povoações perto, a que distância, com que dimensão, para assim fazerem uma avaliação militar e decidirem se lançam uma razia para capturar pessoas; e porque o Infante quer saber informações da terra, para lá dessas. Há expedições que não têm maior objectivo do que capturar um "língua" (ou, pelo menos, assim nos são apresentadas)<sup>(48)</sup>. D. Henrique dispunha de alguns intérpretes, cativos ou ex-cativos portugueses ou muçulmanos, que manda por vezes nas caravelas; mas na maior parte dos casos, são as expedições que tentam conseguir, no local, alguém que se consiga fazer entender pelos dois lados.

Cedo, pela sua presença em Ceuta, os Portugueses descobrem que os mouros não falam todos a mesma língua; mesmo parecidos nos costumes, nas feições, e com a mesma religião, acontece não se entenderem entre eles. Numa das expedições, Nuno Tristão levou um alarve escravo de D. Henrique, para comunicar com eventuais cativos; "E bem é que falaram todos três, mas a linguagem era mui afastada uma das outras, pelo qual se não poderam entender"<sup>(49)</sup>. Pouco depois repetiu-se a experiência: o alarve voltou a não conseguir comunicar com mouros recém aprisionados, "porque a linguagem daqueles não é mourisca, mas azaneguia de Zaara"<sup>(50)</sup>. Numa viagem participou o alfaaque<sup>(51)</sup> do Infante D. Henrique, "e bem parece que havia grande sabedoria da linguagem mourisca, pois entre aqueles era entendido, onde o outro alarve, que era Mouro de nação, não poderá achar quem o entendesse, senão um só". Em outra expedição, Gonçalo de Sintra levou consigo, por *torgimão*, um moço azenegue, "o qual já de nossa linguagem sabia

<sup>(46)</sup> *Crónica*, I, p. 128.

<sup>(47)</sup> *Crónica*, II, p. 37.

<sup>(48)</sup> *Crónica*, I, p. 124. Espera-se até, para o efeito, a ajuda celestial: "[...] Poderá ser que nosso senhor fesus Cristo, que sempre ajuda os que bem trabalham, ordenará de havermos dela [uma ilha] algum língua" (*Crónica*, I, p. 140).

<sup>(49)</sup> *Crónica*, I, p. 91.

<sup>(50)</sup> Zurara refere-se provavelmente a um dialecto berbere dos azenegues.

<sup>(51)</sup> O resgatador de escravos.

grande parte"<sup>(52)</sup>. Mas levar intérpretes de Portugal, se eram cativos, implicava um risco: por mais do que uma vez eles conseguiram fugir aos Portugueses e juntar-se aos da sua "nação", proporcionando informações aos inimigos.

A comunicação fazia-se por linguagem gestual - "os acenos", segundo Zurara<sup>(53)</sup>. Linguagem que não é universal: a possibilidade de mal-entendidos subia exponencialmente quando captives interrogavam cativos, e estes percebiam que a morte e vida ou a liberdade dos seus próximos dependiam das informações que dessem: "Qual é aquele que, posto em direito juízo, se pudesse fiar no movimento da cabeça ou sinais das mãos que um Mouro lhe fazia? E não podia assim acontecer que aquele Mouro, a fim de ser livre, ou por ventura cobrar vingança de seus inimigos, mostrasse uma cousa por outra, e mostrando que os levava a algum lugar onde por sua mostrança os nossos entendessem que podiam cobrar vitória, levá-los onde achassem tanta multidão, donde pouco menos de mortos podessem escapar?"<sup>(54)</sup>. Pelo menos uma vez recorreu-se à tortura: "[...] Começaram de ferir o Mouro e ameaçá-lo, que lhes dissesse a verdade"<sup>(55)</sup>.

Arriscaria dizer que os Portugueses, no terreno, se aperceberam melhor da complexidade e da diversidade das populações e das línguas do que o cortesão Zurara, que fala tranquilamente numa *nação mourisca* e numa *língua mourisca*, as quais, como decorre aliás das suas próprias narrativas, eram ficções preguiçosas sem tradução real.

## Uma espécie de guerra

Julgo que os homens que participavam nesta verdadeira *caça aos escravos*, porque é disso que trata sobretudo a *Crónica da Guiné*, procuraram reproduzir, nas suas surtidas, aquilo que aprenderam, viram ou ouviram contar numa guerra mais convencional, em batalhas "a sério".

Por exemplo, por tudo e por nada os principais das caravelas fazem *conselhos*. Reúnem, pesam prós e contras, discutem as opções em aberto

<sup>(52)</sup> *Crónica*, I, p. 165.

<sup>(53)</sup> *Crónica*, I, pp. 196, 222, 229.

<sup>(54)</sup> *Crónica*, I, p. 229.

<sup>(55)</sup> *Crónica*, I, p. 130.

- geralmente lançar mais um ataque ou regressar a casa. Quase todas as noites se faz um *conselho* para decidir o programa do dia seguinte. Uma das "lições de vida" que Zurara entende retirar de uma expedição que acabou mal é precisamente essa: "devemos crer de conselho aqueles que forem de nossa companhia, e nos proveitosamente aconselharem, que diz a Santa Escritura: saúde será onde forem muitos conselhos"<sup>(56)</sup>. Quando se lê a *Crónica da Guiné*, comentava com humor um historiador amigo, fica a sensação de que aqueles homens passavam as viagens, os dias e as noites a discutir<sup>(57)</sup>. Mas nem nesse momento os homens eram todos iguais: "Bem estavam neste conselho os mais daqueles principaes, mas a *outra gente mais baixa* queriam todavia que se não intromettessem doutra coisa senão de se tornar para o reino. Empero houveram de consentir no acordo *dos que mais valiam e melhor entendiam do que eles* [...]"<sup>(58)</sup>. São assim as sociedades desiguais: quem "vale mais" "entende melhor".

Também não faltaram os "discursos às tropas" antes da batalha, mesmo que as tropas fossem, como tantas vezes foram, seis ou sete Portugueses exaustos agachados entre a vegetação, de madrugada, à espera do momento para desatar a correr aos gritos sobre mulheres e crianças de uma pequena aldeia a despertar<sup>(59)</sup>. Não podemos nem por um instante supor que os pequenos discursos que Zurara reproduz (às vezes nem por isso tão pequenos) têm qualquer semelhança com aqueles, se alguns, que foram de facto pronunciados. Acredito que, na quase totalidade das correrias, dos ataques ou das pequenas operações militares e paramilitares, não houve palavras prévias: não havia tempo para elas, nem fariam sentido. O cronista ficciona tranquilamente inflamadas exortações, aliás todas parecidas: os capitães falam nas despesas que D. Henrique vem fazendo desde há muitos anos, na alegria que ele receberá se lhe levarem escravos e informações; e glosam, sobretudo, o binómio honra e vergonha. Será vergonha voltar a casa com menos do que os anteriores; será vergonha não prosseguir, nós que até temos

<sup>(56)</sup>*Crónica*, I, p. 173.

<sup>(57)</sup> Exemplos de "conselhos": *Crónica*, I, pp. 123, 135, 138, 173, 182, 197, 223, 237, 260; e II, pp. 25, 29, 36, 41, 48, 101, 223 e 236.

<sup>m</sup>*Crónica*, II, p. 104.

<sup>(59)</sup>"[...] A gente jazia espargida em dous alojamentos", diz-se a dada altura (*Crónica*, I, p. 93).

mais barcos do que os que cá vieram primeiro. Será vergonha... Por isso, ao menor resultado que pudesse ser contabilizado como uma qualquer proeza, a expedição sentia ter conquistado honra suficiente para voltar de cabeça erguida a Lagos ou a Lisboa<sup>(60)</sup>.

Hoje, a prosa de Zurara faz-nos sorrir. O setubalense Mafaldo fala aos seus companheiros, antes de um ataque, com a veemência de Cipião antes de Zama: "Amigos! O tempo é cerca no qual nos cumpre acabar o por que em esta parte da noite tanto trabalhamos. Nós somos em terra de inimigos, onde não sabemos se o havemos de haver com muitos, se com poucos. Porém eu vos rogo que vos lembreis de vossas honras, e cada um faça tanto que não desfaleça no cometimento daqueste feito. Ora vamos nosso caminho, que Deus será conosco". E foram. Sobre um pequenino aglomerado de choças. Aponto de o mesmo Zurara ressaltar: "[...] como quer que o feito não fosse de mui grande perigo..."<sup>(61)</sup>. Segundo o cronista, o mesmo Mafaldo, na iminência de um confronto muito perigoso, não teria hesitado em pronunciar uma longa exortação a três dezenas de Portugueses, enfiados em batéis, com os inimigos a entrar pelo mar dentro para lhes chegar<sup>(62)</sup>. Neste particular, a *Crónica* apenas reproduz, de forma não excessivamente elaborada, aquilo que Zurara entendia que um grande comandante militar deveria ter dito às suas tropas antes de um combate decisivo. Por isso as arengas são todas parecidas.

## Os homens de Lagos

Após expedições de um ou dois barcos, o salto foi dado em 1444, quando Lançarote, almoxarife do rei em Lagos, escudeiro de D. Henrique e, como tantos outros, "criado de moço pequeno na câmara do Infante", decidiu encabeçar uma viagem a sério. Falou com amigos, "movendo-os para companhia daquele feito"<sup>(63)</sup>. A gente de Lagos, explica Zurara,

<sup>(60)</sup> Alguns exemplos de arengas de exortação antes de um confronto: *Crónica*, I, pp. 82-83; 91-92; 120-121; 131; 139; 226; 253-254.

<sup>(61)</sup> *Crónica*, I, p. 226.

<sup>(62)</sup> *Crónica*, I, pp. 253-254.

<sup>(63)</sup> *Crónica*, I, pp. 119-120. Reproduzi a expressão por admitir que "companhia" signifique também parceria de negócios.

está mais habituada às "pellejas de mar" do que às de terra. Langarote reuniu seis caravelas que, depois de autorizadas por D. Henrique, receberam cada uma sua bandeira da Ordem de Cristo. Estes barcos foram a África apenas para capturar gente; foram recebidos em festa, em Lisboa, com 235 "almas". O sucesso encorajou Langarote a voltar, no ano seguinte, ainda mais em força, ele e as "forças vivas" de Lagos, "juizes e alcaide e oficiais da vereação" incluídos: a elite da cidade vai à costa africana, por escravos. Além de Langarote, foi o alcaide, Soeiro da Costa, um comendador de Santiago, experiente em capturar mouros em Granada e no Norte de Marrocos, um "patrão" do Rei, um escudeiro criado de D. Pedro e outros; 14 caravelas só de Lagos<sup>(64)</sup>, às quais se juntariam outras 12, armadas em Lisboa e na Madeira<sup>(65)</sup>.

Perto da Ilha das Garças, Langarote propôs lançar um ataque organizado sobre os habitantes da terra: foi a manobra mais parecida com uma operação convencional de infantaria que encontramos por estes anos. De todos os tripulantes das caravelas foram seleccionados 328 homens<sup>(66)</sup>. Langarote apela aos companheiros: "[...] Vós outros, que já vistes muitas ordenanças pertencentes a tal caso, vos lembreis delas, e que me ajudeis a ordenar nossa ida, como vamos ordenadamente"<sup>(67)</sup>. A experiência de combate convencional na Península e em Marrocos vai ser transposta para a Ilha das Garças: os homens de pé e os lanceiros formariam uma *batalha* com o seu capitão; atrás dela viria Langarote com os besteiros e archeiros; e na retaguarda dois capitães com os homens de armas. A cidade de Lagos conseguira facilmente mobilizar para uma expedição três centenas e meia de soldados experientes, especializados e bem armados, distribuindo-os da maneira habitual. Desembarcariam de manhã cedo numa ilha, precedidos de três batéis com pilotos a fazer de batedores. Não percamos tempo a imaginar esta força a preparar-se para a acção e a atacar... enfim, a atacar quem quer que houvesse de atacável

<sup>(64)</sup>Depois Zurara emenda para 13 caravelas e uma fusta.

<sup>(65)</sup> A coordenação entre as caravelas de Lagos não foi fácil; perderam-se e encontraram-se mais de uma vez; as de Lisboa e da Madeira andaram praticamente por sua conta.

<sup>(66)</sup> Admito que tenha havido um alardo relativamente formal; uma vez que ficaram homens a bordo, as caravelas levavam, em média, entre 25 e 30 homens.

<sup>(67)</sup>*Crónica*, II, p. 37.

no sítio. As "trevas da noite", as águas "mortas" e a maré baixa, mais o engano dos pilotos, conspiraram contra a expedição: os Portugueses deram consigo encalhados em seco, longe de qualquer objectivo interessante e com o sol bem alto. Zurara fícciona uma veemente supplica a Deus, que um dia abraza as águas do mar para a fuga dos Hebreus; os Portugueses eram mais modestos no pedir: só queriam uma maré-cheia, mas depressa.

Perdido o efeito de surpresa, Langarote defendeu que se abdicasse da costumeira razia nocturna, ainda que esta permitisse capturar "um milheiro" de muçulmanos, em favor de uma investida em regra, de dia, "lançando os Mouros desta ilha forçosamente", mesmo arriscando-se a não causar uma única baixa ou a fazer um único prisioneiro. Retomaram então a ordenança que já descrevi e começaram a sua marcha por terra; à frente, Gil Eanes levava a *bandeira da Cruzada* que lhes havia sido confiada por D. Henrique. Depois de uma marcha de três léguas pela areia, debaixo de intenso calor, depararam com "uma soma de Mouros corregidos com mostrança de pelleja" e, animados, carregaram sobre eles ao som de trombetas. É frustrante não sabermos mais desta reluzente hoste (por exemplo quantos eram os adversários e como decorreu o combate, que teria causado baixas dos dois lados<sup>(68)</sup>), a não ser que alguns Portugueses, completamente exaustos, regressaram às caravelas cavalgando asnos.

Praticados os "feitos", era natural que os heróis reivindicassem a honra da cavalaria, conquistada, como devia ser, em palcos condignos. A *Crónica da Guiné* conta algumas histórias, mas quase embaraçosas. No primeiro caso, são os companheiros de Antão Gonçalves que lhe pedem que seja cavaleiro. Modesto, o requerido argumenta "que não era razão que por tão pequeno serviço houvesse de requerer tamanha honra", acrescentando que era novo e precisava de passar testes mais exigentes. Mas depois, já que insistiam, mesmo declarando-se contrariado, deixou que Nuno Tristão o armasse cavaleiro<sup>(69)</sup> - foi o primeiro a receber tal distinção na costa da Guiné. O segundo foi Langarote. Em Lagos, após a célebre partilha dos escravos, alguns dos seus companheiros pediram a

<sup>(68)</sup> Oito mouros mortos e quatro prisioneiros, e um homem de Lagos morto (*Crónica*, II, p. 43).

<sup>m</sup> *Crónica*, I, p. 95.

D. Henrique que o fizesse cavaleiro por sua mão, porque ele se esforçara e, sobretudo, porque os chefiara durante a razia, pelo que todos se sentiriam mais honrados dizendo que foram comandados por um cavaleiro - "ainda que o tão bem não merecesse", admitiam<sup>(70)</sup>. E que dizer de um modesto escudeiro madeirense que pediu o título como nós suspiramos por uma pequena bonificação para a reforma? "[...] Em acabando este trato, requereu um escudeiro que morava na ilha da Madeira a Antão Gonçalves que o fizesse cavaleiro, creio que seria porque era homem de grande idade e havia linhagem de alguma nobreza, e sendo abastado do que lhe cumpria, quis cobrar título honroso para sua sepultura"<sup>(71)</sup>. Quero dizer que as expedições da costa da Guiné foram passeios, simples ataques-relâmpago de soldados experientes e bem armados sobre civis indefesos? Não. Passada a surpresa inicial, as caravelas portuguesas encontraram as populações locais preparadas e a oferecerem uma resistência feroz; muitos Portugueses morreram nas praias ou no mar, e houve enfrentamentos brutais. Mas estes casos concretos de que nos fala Zurara sugerem cavaleiros "de aviário", a pedido<sup>(72)</sup>.

Porque, no seu afã de terminar a missão que o rei lhe confiou e de escrever uma crónica que imortalizasse D. Henrique pelas cortes europeias, talvez confrontado com a escassez de depoimentos ou, se seguirmos Duarte Leite, sem vontade de recorrer a eles nem aos textos escritos a que facilmente teria acesso, Zurara narrou todo o tipo de incidentes, mesmo os mais triviais e embaraçosos - segundo os valores da cavalaria do seu tempo. Vejamos alguns: abortado um ataque, Afonso Gonçalves contenta-se com carregar no seu batel "a pobre fazenda" dos Mouros<sup>(73)</sup>. Mas os Portugueses também fizeram prova da sua bravura numa língua de areia, à entrada de um rio, onde repousavam "até cinco mil" lobos-marinhos, provocando "em aqueles lobos mui

<sup>m</sup> *Crónica*, I, pp. 160-161.

<sup>(71)</sup> *Crónica*, I, pp. 206-207.

<sup>(72)</sup> Há uma excepção a pedir pesquisa mais profunda: um veteraníssimo de todas as guerras da Europa, Soeiro da Costa, que podia ter sido armado cavaleiro por qualquer uma das mais prestigiadas cabeças coroadas do tempo, mas escolheu receber essa honra, modestamente, das mãos de um cavaleiro do Infante, Álvaro de Freitas (*Crónica*, II, pp. 44-45).

<sup>(73)</sup> //Quasi por testemunho do seu trabalho", justifica Zurara (*Crónica*, I, p. 77).

grande matança<sup>(74)</sup>. Adiante se destaca como "os nossos" - assim se lhes refere correntemente Zurara - perante a fuga dos caravaneiros, mataram quarenta camelos<sup>(75)</sup>. Na Pedra da Galé, roubaram redes de pesca<sup>(76)</sup>. E em outras redes armadas pelos mouros, deitaram a mão a um bom número de corvinas e de eirós<sup>(77)</sup>.

Mesmo uma aldeia abandonada podia reservar uma pequena recompensa: aqui uma moça que ficara a dormir<sup>(78)</sup>, ali um mouro "já idoso"...<sup>(79)</sup>. Num povoado igualmente deserto, os Portugueses "não acharam senão um Mouro velho, posto na postumeira enfermidade". Vendo que o ancião estava nas últimas, e "não lhe querendo afadigar aquela pequena parte da vida que lhe ainda ficava", prosseguiram a sua marcha e deixaram-no ficar. Menos mal, pensamos nós. Mas no regresso pela aldeia, frustrados por não terem feito qualquer cativo, voltaram a olhar "a mostrança" do moribundo e pareceu-lhes que tinha arribado, pelo que o levaram consigo. Nem parece especialmente exaltante a captura de uma mulher de cerca de 30 anos que andava, com outras, a apanhar marisco, com uma criança de colo; os Portugueses procuraram aprisioná-la, "mas a força da mulher era assaz para maravilhar, que de três que se juntaram a ela, não havia aí algum que não tivesse assaz trabalho querendo-a levar ao batel"; como os atacantes não conseguiam submeter a mulher, "houve um deles acordo de lhe tomar o filho, e levá-lo ao batel, cujo amor forçou a madre de se ir após ele..."<sup>(80)</sup>.

## Números de combatentes

É sempre matéria ingrata da história militar, mais ainda para a cronologia que nos ocupa. Zurara dá-nos três tipos de números: os cativos, os "inimigos" e "os nossos". Quanto aos primeiros, quase ao fechar a

<sup>(74)</sup> *Crónica*, I, p. 77.

<sup>TM</sup> *Crónica*, I, pp. 207-208.

<sup>(76)</sup> feitas de casca de pau, e não de linho, anota a sensibilidade etnográfica do cronista (*Crónica*, I, p. 78).

<sup>(77)</sup> *Crónica*, I, p. 144.

<sup>(78)</sup> *Crónica*, I, p. 145

<sup>(79)</sup> *Crónica*, I, p. 182.

<sup>m</sup> *Crónica*, II, p. 215.

obra o cronista soma todas as pequenas e médias capturas e chega a 927<sup>(81)</sup>. Para Zurara não era uma questão essencial apurar com rigor o número de cativos aprisionados nestes 15 anos; também não creio que ele recebesse instruções para o diminuir conscientemente de modo a atrair menos cobiças estrangeiras, como chegou a afirmar-se.

Quanto aos "inimigos", "Mouros" ou "Negros", será normal que a crónica peque por excesso: para amplificar a heroicidade dos feitos "dos nossos" ajudava colocar-lhes à frente "grande multidão de inimigos". Os números mais fiáveis parecem-me ser os que dizem respeito aos Portugueses: as suas operações anfíbias mobilizavam em regra entre os 20 e os 35 homens. Os relatos repetem-se: Antão Gonçalves e Nuno Tristão comandam, em terra, dois grupos de dez homens cada; com Lançarote, saem cinco batéis com seis homens cada um (que se veem obrigados a defrontar entre 170 e 180 mouros, dos quais apenas 50 ou 60 "de pelleja", segundo a crónica<sup>(82)</sup>); em outra expedição, 30 homens nos batéis, depois 15 ou 20 em terra e os outros nos barcos; duas surtidas com 35 homens<sup>(83)</sup>. Os números podem não ter sido exactamente estes em cada ocasião, mas a média não andaria longe.

Os pequenos contingentes só excepcionalmente foram testados em confrontos directos com grupos armados, preparados e, sobretudo, à espera de lutar. Como vimos, por regra os Portugueses atacavam, à primeira luz do dia, aldeias desprevenidas, gritando "S. Jorge! Santiago! Portugal" - chamavam a isto "dar de arrebato". Mesmo que, nessas aldeias, houvesse bastantes mouros ou negros "de pelleja", a primeira preocupação destes seria pôr a salvo os mais velhos, as mulheres e as crianças. A qualidade mais importante, nesta verdadeira caça ao homem, como já escrevi acima, era a velocidade - de uns a fugir para o meio da vegetação, dos outros a perseguir-los. Muitos dos "feitos

(81)"[...] Das quaes a maior parte foram tornadas ao verdadeiro caminho da salvação", apressa-se Zurara a tranquilizar-nos (*Crónica*, I, p. 265). Numa anotação a esta passagem, José de Bragança lembra que o relato de Diogo Gomes sugere um número muito mais elevado. Segundo Duarte Leite, pelas contas do cronista chegaríamos a 850 (*ob. cit.*, pp. 161-162. Entre as pp. 162 e 163, o autor insere um quadro precioso com uma reconstituição de todas as expedições - com os responsáveis, as embarcações, as datas e os marcos geográficos que atingiram).

<sup>m</sup> *Crónica*, I, p. 125.

<sup>m</sup> *Crónica*, I, pp. 211 e 253.

da Guiné" mais não são do que correrias de Portugueses armados atrás de mulheres com filhos ao colo, de velhos, de homens<sup>(84)</sup>. "[...] Cada um corra o mais que poder, e assim rijamente vamos a eles, e se não podermos tomar os mancebos, tomaremos os velhos e mulheres e moços pequenos ordena Álvaro Vasques aos seus companheiros; e quem se tentar defender, "sem nenhuma piedade seja morto"<sup>(85)</sup>. Os da terra raramente conseguiam oferecer aos atacantes uma resistência organizada. Quando isso acontecia, a história era outra.

### Gente muito bestial

Só através da análise desta crónica<sup>(86)</sup>, não é fácil separar, na descrição das populações da costa africana, o que atribuir aos olhos de Zurara e o que atribuir aos protagonistas propriamente ditos. O cronista não se mostra grande etnógrafo; nesse ponto a dureza de Duarte Leite é mais do que justificada, até porque não falta na crónica, como não podia faltar, a dimensão do maravilhoso, do monstruoso, do surpreendente, mesmo com recurso a Marco Pólo<sup>(87)</sup>.

A narrativa passa dos mouros conhecidos aos mouros desconhecidos, mais para sul; segundo Zurara, a preocupação de Afonso Gonçalves Baldaia, um dos primeiros, era saber se em terra viviam "Mouros" ou "gentios". Fala-se numa "nação mourisca" e numa "língua mourisca" que não existiam; o próprio cronista, na célebre repartição de escravos de Lagos, de 8 de Agosto de 1445, conta que "era uma maravilhosa

(84) "AH poderíeis ver madres desamparar filhos, e maridos mulheres, trabalhando cada um de fugir quanto mais podia. E uns se afogavam sob as águas, outros pensavam de guarecer sob suas cabanas, outros escondiam os filhos debaixo dos limos, por cuidarem de escapar, onde depois os achavam" (*Crónica*, I, p. 125).

(85) *Crónica*, I, p. 243. Veja-se ainda *Crónica*, I, p. 85.

(86) Isto é, não a confrontando com outros documentos e relatos disponíveis, portugueses ou não. Um dos mais importantes é o relato de Diogo Gomes, "A relação do Descobrimento da Guiné e das Ilhas", orig. em latim e traduzido por G. Pereira, no *Boletim da Sociedade de Geografia*, 17ª série, voi. 5, 1900; V. M. Godinho publica longos excertos comentados (*Documentos...*, I, p. 69-115).

(87) <sup>Por</sup> exemplo, na descrição dos flamingos, das emas, das enormes tartamgas, de um antílope, de búfalos ou do esterco de um "alitante".

coisa de ver, que entre eles havia alguns de razoada brancura, fremosos e apostos; outros menos brancos, que queriam semelhar pardos; outros tão negros como etíopes, tão desafeiçoados [feios] assim nas caras como nos corpos, que quasi parecia, aos homens que os esguardavam, que viam as imagens do hemisfério mais baixo.<sup>(88)</sup>

Vistos à distância, todos eles parecem gente "barbárica e bestial"<sup>(89)</sup> \*, mas, apesar disso, *com astúcia*, a característica que normalmente as narrativas portuguesas associam aos muçulmanos, sugerindo ou afirmando abertamente que esta astúcia rima com deslealdade, com traição, com engano. Dos mouros, e depois dos negros, o que os Portugueses mais temem é uma *cilada*.

Os termos em que Zurara descreve, logo na abertura, a "obra" de cristianização de "infiéis" a creditar a D. Henrique - as "almas inocentes das bárbaras nações" a passarem das trevas à luz, graças à água do baptismo e ao santo óleo - são esclarecedores. A "reforma dos costumes" a que os escravos eram submetidos em Portugal é um testemunho cru das concepções dominantes sobre os povos a que pertenciam; a salvação dos corpos explica-se "por viverem assim como bestas, sem alguma ordenança de criaturas razoáveis, que eles não sabiam que era pão nem vinho, nem cobertura de pano, nem alojamento de casa; e o que peor era, a grande ignorancia que em eles havia, pela qual não haviam algum conhecimento de bem, *somente viver em uma ociosidade bestial*"<sup>m</sup>.

Após a cena da repartição dos escravos, Zurara explica porque os escravos negros eram muito melhores do que os do Norte de Marrocos: uma vez em Portugal, esqueciam-se da terra e nunca mais queriam fugir; eram criados muito leais e obedientes, "sem malícia"; "não eram tão chegados à luxúria como os outros"; eram mais sensíveis às roupas garridas. Sobretudo, eram mais fáceis de converter ao cristianismo, credo que não abandonavam mais<sup>(91)</sup>.

*m Crónica*, I, pp. 152-153.

*m Crónica*, I, 96.

*w Crónica*, I, pp. 158-159.

*m Crónica*, I, pp. 159-160. Todas estas ideias merecem posterior aprofundamento.

## Enfim, a Terra dos Negros

Algumas das caravelas desta expedição voltaram para o reino; outras prosseguiram e, passado o deserto do Sahara e a terra dos Azenegues, "conheceram que ali se começava a terra dos Negros" - pelos bons motivos (o "delicioso" cheiro "que vinha da terra") e pelos maus: se os Portugueses mostravam grande vontade de desembarcar, os locais mostravam vontade maior de os receber a mal. A história ameaçava mudar.

"E esta gente desta terra verde é toda negra", espanta-se Zurara, para logo explicar que "Guinéus" e "Negros" são a mesma coisa. Os Portugueses terão de descobrir os respectivos hábitos, formas de viver e, sobretudo, de lutar: "Eu não sei como as choças desta terra são feitas, mas segundo a feição de outras que eu já vi, choça devia ser aquilo que eu vejo", informa um deles<sup>(92)</sup>. Pouco depois vêem "um moço Negro, todo nu, com uma azagaia na mão" e, numa cabana, encontram uma *adarga*<sup>m</sup> preta, redonda, feita de "orelha d'alitante", com uma copa elevada no centro; todos os escudos eram feitos assim.

O primeiro enfrentamento entre Portugueses e Guinéus dificilmente figurará nos anais da história militar nacional. Um português infiltrou-se pelo arvoredo, ouvindo um negro a trabalhar, e conseguiu apanhá-lo de surpresa. Afirma Zurara: "[...] Lançou-se de salto sobre ele, e digo de salto, porque Estêvão Afonso era de pequeno corpo e delgado, o que o Guinéu era muito pelo contrário; e assim lhe travou rijo pelos cabelos que, quando se o Guinéu quis endireitar, ficou Estêvão Afonso pendurado, com os pés fora do chão. [...] Com tal força andava enfeltrado em seus cabelos, que não parecia o trabalho daquestes dous senão atrevimento de galgo ardido, posto na orelha de algum poderoso touro"<sup>(94)</sup>.

O segundo contacto não foi mais auspicioso. Os Portugueses deixaram em terra, como ofertas de boa vontade, "um bolo e um espelho e uma folha de papel" com uma cruz desenhada; os locais fizeram tudo em pedaços. E quando o capitão português ordenou aos besteiros que, já que as coisas não iam a bem, fizessem uma demonstração da sua força

<sup>m</sup> *Crónica*, II, p. 70.

<sup>(93)</sup>Um escudo.

<sup>m</sup> *Crónica*, II, pp. 74-75.

militar, os negros "começaram de lhe enviar o retorno, tirando-lhe isso mesmo às frechas e às azagaias"<sup>(95)</sup> 96.

Zurara aproveita para descrever as setas e as azagaias dos Guinéus, sublinhando que, quer numa, quer noutra arma, "a sua herva é muito peçonhenta"<sup>(96)</sup>. Mais adiante, em Cabo Verde, os Portugueses têm uma segunda oportunidade para confirmar a primeira impressão: nem conseguem desembarcar, porque "[...] sempre achavam tão valente defesa [dos Guinéus] que não ousaram chegar a eles"; só lhes restava esperar que os negros não fossem "tão bons de noite como de dia". Como bem resumiu um dos capitães, "[...] a gente desta terra não é assim ligeira de filhar como nós desejamos, que são homens mui fortes e avisados e percebidos em suas pelejas, e o que peor é, que trazem suas setas empeçonhadas com herva mui perigosa"<sup>(97)</sup>.

O episódio seguinte decorreu no mar. Uma caravela armada por João Gonçalves Zarco e com ordens do Infante para seguir directamente para a Terra dos Negros lançou âncora pouco depois do Cabo Verde. Chegaram-se dois barcos com 10 Guinéus, que pediram para subir a bordo e foram bem recebidos, apenas para regressarem, quatro vezes mais, envolvendo-se em escaramuças com a caravela e o batel que, entretanto, o capitão mandara pôr na água. É um pequeno recontro naval à vista da costa.

Mais tarde, em terra, os Portugueses encontram quatro negros à caça com arcos e flechas envenenadas, "assim como em esta nossa Espanha fazem os besteiros"<sup>(98)</sup>. E constatam outra diferença importante em relação aos mouros: por mais que corressem atrás dos Guinéus, nunca conseguiam detê-los, "isto porque eles andam nus e não teem cabelos senão mui curtos, taes em que se não pode fazer presa"<sup>(99)</sup>. Provavelmente essa era uma das razões pelas quais os locais traziam os corpos nus e os cabelos curtos.

<sup>(95)</sup>Algumas dessas azagaias foram trazidas para Portugal. Nas *cartas de perdão* elas aparecem como uma arma frequente.

<sup>(96)</sup>Esta descrição é preciosa para a história militar (*Crónica*, II, p. 94).

<sup>m</sup> *Crónica*, II, p. 138.

<sup>(98)</sup> *Crónica*, II, p. 154; sempre a necessidade de comparar o desconhecido a alguma referência que já possuímos.

<sup>m</sup> *Crónica*, II, p. 155.

Mas era pelas mulheres que melhor podíamos constatar "sua grande bestialidade": elas traziam panos a tapar o rosto, mas o resto do corpo nu. Se entre estes povos existisse um resquício de razão, explica o cronista, eles "seguiriam a natureza, cobrindo aquelas partes somente que ela mostrou que deviam ser cobertas, que vemos naturalmente que em cada um daqueles lugares vergonhosos pôs cerco de cabelos, mostrando que os queria esconder"<sup>(100)</sup>.

### **A morte de Nuno Tristão**

Os Portugueses iam ter uma experiência muito mais dura das capacidades militares dos Guinéus. Em 1446, uma caravela de Nuno Tristão, sessenta léguas depois do Cabo Verde, mandou a terra dois batéis com 10 e 12 homens, para explorar um rio. Ao passar uma aldeia, foram atacados por 12 barcos com 70 ou 80 Guinéus, "todos negros e com arcos nas mãos". Dos barcos e de terra, os negros disparavam continuamente as suas setas "e despendiam aquele mal-aventurado almazem, todo cheio de peçonha, sobre os corpos dos nossos naturaes". Os batéis foram perseguidos até às caravelas, às quais acostaram já com quatro mortos. Foi tal a barragem de flechas que nem as âncoras puderam levantar, cortando à pressa as amarras. Nem puderam içar os batéis, abandonando-os. Balanço final: 21 Portugueses mortos, "porque aquela peçonha era assim artificialmente composta, que com pequena ferida, somente que aventasse sangue, trazia os homens ao seu derradeiro fim"<sup>(101)</sup>.

A sequência é fascinante: a caravela transformou-se quase num navio fantasma, com dois escudeiros às portas da morte e apenas cinco tripulantes: um inexperiente grumete, um moço de câmara de D. Henrique, que ia como escrivão, um rapaz guinéu (capturado logo no início da viagem) e outros dois moços "assaz pequenos". O grumete confessou logo "que não sabia rotar"; só se algum dos outros o orientasse... Então um dos rapazes, por sinal "nado e criado em Olivença, que é uma vila do sertão mui afastada do mar", arriscou instruções ao grumete: sempre para Norte, "abaixando-se um pouco à parte do levante,

<sup>(100)</sup> *Crónica*, II, p. 161.

<sup>(101)</sup> *Crónica*, II, pp. 207-208.

ao vento que se chama nordeste, porque ali entendia ele que jazia o reino de Portugal"<sup>(102)</sup>. Assim fizeram, depois de terem lançado os corpos dos mortos ao mar, "sepultando suas carnes nos ventres dos peixes". Após dois meses de viagem sem verem terra, cruzaram-se com uma fusta de um corsário galego, que os informou que tinham chegado a casa ("através de um lugar do mestrado de Santiago que se chama Sines").

Estas lições aprendem-se depressa. Na expedição seguinte um batel português foi atacado por quatro ou cinco barcos de Guinéus, com as suas temíveis setas envenenadas. Um sobrinho de João Gonçalves Zarco foi ferido numa perna: extraiu rapidamente a seta, lavou a ferida com urina e azeite e besuntou-a com teriaga<sup>(103)</sup>; passou os dias seguintes entre a vida e a morte, mas acabou por recuperar. Pouco tempo depois, agora em terra e no meio de "um arvoredo de grande espessura", os Portugueses sofreram um violento ataque de Guinéus armados com arcos e azagaias, perdendo cinco homens, além dos feridos.

No conselho a bordo das caravelas, na manhã seguinte, entenderam não voltar a desembarcar, porque a sua presença já era conhecida. "Mas que eles isto assim dissessem - segreda-nos, cúmplice, Zurara - eu me tenho mais que a principal causa de sua partida foi o temor dos inimigos, cuja perigosa peleja era muito de recear a qualquer homem entendido..."<sup>(104)</sup>. Se é o próprio cronista, *este* cronista, que deixa escrito que os Portugueses retiraram por medo, então a guerra na costa africana tinha mesmo mudado de feição.

<sup>(102)</sup> *Crónica*, II, pp. 210-211.

<sup>(103)</sup> Um antiquíssimo unguento, usado como antídoto e que continha ópio, entre dezenas de outras substâncias.

<sup>(104)</sup> *Crónica*, II, p. 224.